



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

206 02

**Terceira Câmara de Direito Público**

**Recurso de Agravo em Apelação e DGO nº 0313823-4 – 3º Vara da Fazenda Pública – Recife**

**Agravante: Estado de Pernambuco**

**Procurador: Aldo Bernardo da Silva Júnior**

**Agravado: Daniel José da Silva e Outro**

**Advogada: Hérica Days Cordeiro de Souza PE024904**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo**

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. RECURSO DE AGRAVO. PLEITO DE REFORMA DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO DE APELAÇÃO. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PARA O TRATAMENTO DE ENFERMIDADE GRAVE. OBRIGAÇÃO DO ESTADO EM PROMOVER A SAÚDE DOS MAIS CARENTES. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO À UNANIMIDADE.**

1 – Apesar de não constar na lista de fornecimento da Portaria do Ministério da Saúde, entende-se que é infundada a negativa ao fornecimento da medicação indicada baseada em procedimentos burocráticos;

2- Resta sobejamente demonstrada a sonegação de direitos de dignidade constitucional: à vida (art. 5º, *caput*, da CF/1988) e à saúde (art. 6º, *caput*), diante da omissão, ora combatida, qual seja a negativa de efetividade a esses direitos fundamentais e na violação a diversos normativos instituidores do dever estatal de prestação dos serviços de saúde;

3- Os direitos aqui reivindicados, garantidos em normas constitucionais e infraconstitucionais, como demonstrado, e vilipendiados pela inação estatal, constituem fundamento relevante, conforme exigido pela Lei nº 12.016/2009, para o deferimento da presente ação ordinária;

4- **Foi editada a Súmula nº 18 deste Tribunal que assim dispõe: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".**

5- O artigo 461, §4º do CPC, nos casos de obrigações de fazer, permite a fixação de multa para compelir o devedor ao seu adimplemento. Todavia, entende-se que o valor arbitrado é razoável, porque o que está em discussão é o direito à saúde de pacientes que estão acometidos de Hipertensão Arterial Pulmonar Severa (CID I 27.0), sob pena de riscos graves as suas saúdes;

6- Recurso de Agravo negado provimento à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Recurso de Agravo na Apelação nº. 0313823-4**, em que figuram como Recorrente o **Estado de Pernambuco** e como Recorrido **Daniel José da Silva e Outro**.



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

207

02

**Acordam** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores, integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **negar provimento ao Recurso de Agravo**, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de Maio de 2014.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

208

02

**Terceira Câmara de Direito Público**

**Recurso de Agravo em Apelação e DGO nº 0313823-4 – 3º Vara da Fazenda Pública – Recife**

**Agravante: Estado de Pernambuco**

**Procurador: Aldo Bernardo da Silva Júnior**

**Agravado: Daniel José da Silva e Outro**

**Advogada: Hérika Days Cordeiro de Souza PE024904**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo**

**RELATÓRIO**

**02**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo **Estado de Pernambuco** em face de **Daniel José da Silva e Outro**, impugnando decisão terminativa exarada pela Relatoria deste gabinete nos autos da Apelação Cível nº 0313823-4.

Alegam, os apelados, na exordial, a recusa do Estado em fornecer o medicamento denominado BOSENTANA (Tracller) de 125mg, nos moldes prescritos pela médica que os assiste (fls.21/22), para o tratamento de Hipertensão Arterial Pulmonar Idiopática Grave.

Em seguida, pugnou pela concessão de liminar, a fim de que se determine ao Estado o fornecimento urgente do medicamento, com a cominação de multa diária em caso de descumprimento da ordem judicial, condenando-se o Estado nos ônus sucumbenciais.

Antecipação de Tutela deferida às fls. 72/73, determinando que o Estado fornecesse o medicamento BOSENTANA, de acordo com a prescrição médica acostada à inicial, nos quantitativos ali discriminados, sob pena de multa diária de R\$1.000,00 (hum mil reais).

Sentença às fls. 154/156 confirmando os efeitos da tutela antecipada, julgando procedente o pedido autoral para fornecer o medicamento requerido, em sua totalidade, no prazo de cinco dias, tudo conforme a prescrição médica, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais) em favor dos ora apelados. Condiciona, também, a apresentação de prescrição médica a cada seis meses, de modo a comprovar a continuidade do tratamento.

Apelação às fls. 160/173 alegando que existem outros medicamentos de eficácia comprovada para tratamento da hipertensão arterial (CID I 27.0) disponibilizados pelo SUS, a exemplo, de Iloprosta, Sildenafil, Nifediping e Anlodipino. Some-se a isso que o deferimento do pedido viola a cláusula de reserva do possível. Por fim, insurge-se quanto ao arbitramento da multa diária em caso de descumprimento.

Despacho de fls. 178 recebendo o recurso apenas no efeito devolutivo.

Sem contrarrazões, conforme se depreende das fls. 181.

Decisão monocrática às fls. 191/192/versus negando seguimento ao presente recurso.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

209

02

Recurso de Agravo interposto às fls. 196/198 requerendo a reforma monocrática do *decisum*, ou a apresentação do processo em mesa conforme estabelece o art. 557, § 1º, do Código de processo Civil, submetendo assim o presente Agravo legal ao Julgamento desta Egrégia Câmara Cível.

É o que de relevante se tem a relatar.

**VOTO**

Mantenho a mesma persuasão que me serviu de esteio ao proferir a decisão ora vergastada, ante as argumentações a seguir expendidas.

Pelo que se depreende nos próprios autos, é a evidente negativa do Estado em fornecer o fármaco prescrito, sob a alegação que de acordo com a Portaria GM 2.981 de 26/11/2009, o medicamento solicitado não está contemplado nos programas de saúde preconizados pelo Ministério da Saúde, portanto, não está disponível.

Alega a o Estado apelante que para a enfermidade, da qual os apelados são portadores, existem outros medicamentos, a exemplo de Iloprosta, sildenafil, Nifedipino e Anlodipino.

Ocorre que, quem diz que BOSENTANA (TRACLER) 125mg é a médica que assiste aos pacientes, possuindo esta a devida formação técnica para prescrever o melhor tratamento para os seus pacientes.

Ressalte-se, por fim, que a formação médica é com o ser humano, independentemente de sua condição social, e que precisa ter o tratamento adequado para garantir a sua dignidade.

Portanto, apesar de não constar na lista de fornecimento da Portaria do Ministério da Saúde, entendo que é infundada a negativa ao fornecimento da medicação indicada baseada em procedimentos burocráticos. Ora colaciono precedente do STJ, *in verbis*,

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO. CÂNCER. DIGNIDADE HUMANA.** 1. A ordem constitucional vigente, em seu art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não "qualquer tratamento", mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento. Precedentes: RMS 17449/MG DJ 13.02.2006; RMS 17425/MG, DJ 22.11.2004; RMS 13452/MG, DJ 07.10.2002. 2. (*omissis*) 3. (*omissis*) 4. **As normas burocráticas não podem ser erguidas como óbice à obtenção de tratamento adequado e digno por parte do cidadão carente, em especial, quando comprovado que a medicação anteriormente aplicada não surte o efeito desejado, apresentando o paciente agravamento em seu quadro clínico.** Precedente: RMS 17903/MG Relator Ministro CASTRO MEIRA DJ 20.09.2004. 5.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

210

02

Recurso ordinário provido. (STJ, ROMS 20335/PR. Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma. Julgado em 10/04/2007, publicado em 07/05/2007 - grifei).

Resta sobejamente demonstrada a sonegação de direitos de dignidade constitucional: à vida (art. 5º, *caput*, da CF/1988) e à saúde (art. 6º, *caput*), diante da omissão, ora combatida, qual seja a negativa de efetividade a esses direitos fundamentais e na violação a diversos normativos instituidores do dever estatal de prestação dos serviços de saúde, em sentido amplo:

*"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"* (CF/1988, art. 196).

*"Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):*

*I - a execução de ações:*

*[...]*

*d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica"* (Lei nº 8.080/1990).

Os direitos aqui reivindicados, garantidos em normas constitucionais e infraconstitucionais, como demonstrado, e vilipendiados pela inação estatal, constituem fundamento relevante, conforme exigido pela Lei nº 12.016/2009, para o deferimento da presente ação ordinária.

Nossa jurisprudência, em reiterados casos, vem admitindo, inclusive, o manejo do Mandado de Segurança, com semelhante desiderato, como no escólio a seguir:

*"Administrativo e constitucional - Hepatite crônica - Medicação - Fornecimento - Dever do Estado. Já se firmou nos dois Grupos de Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça a orientação jurisprudencial segundo a qual se o Poder Público Estadual não vem cumprindo o seu dever constitucional de fornecer às pessoas carentes, portadoras de enfermidades crônicas como a hepatite C, a AIDS e outras, a medicação de que necessitam para o seu tratamento, é perfeitamente lícito que elas invoquem a proteção do Poder Judiciário para compelir a autoridade administrativa competente a cumprir tal obrigação. Aplicação dos art. 196 e 198 da Carta Magna Federal. Procedentes Jurisprudenciais. Segurança concedida. Decisão unânime"* (TJPE, Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis, MS nº 79922-8, rel. Des. José Fernandes, d.u., j. 04/05/2005, p. 16/06/2005).

**Na esteira desse precedente, também foi editada a Súmula nº 18 deste Tribunal que assim dispõe: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".**



211  
r

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

Nossa jurisprudência, em reiterados casos, corrobora semelhante desiderato:

Ementa CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO À PORTADORA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL PULMONAR. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. **1.A ora agravada é portadora de hipertensão arterial pulmonar, necessitando do uso de medicina de alto custo, conforme atesta laudo médico, não dispondo de condições financeiras para aquisição do medicamento Bosetan (Tracleer), 62,5 mg e 125 mg, mensalmente e de forma contínua. 2.É dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhes os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem. 3.A negativa de fornecimento de tratamento, que possa levar o paciente à morte, implica em desrespeito ao direito fundamental à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado. 4.Precedentes do STJ. 5.Observância da Súmula 18 desta Corte de Justiça. 6.Não vulneração dos dispositivos constantes nos arts. 2º, 37, caput, 197 e 198, I, todos da CF/88. 6.Recurso de agravo unanimemente improvido. (Recurso de Agravo 160318-7/01; Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto; Órgão Julgador 8ª Câmara Cível; Data de Julgamento 6/11/2008);**

Ementa CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO À PORTADORA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. **1.A ora substituída processualmente pelo Ministério Público Estadual é portadora de hipertensão arterial pulmonar, necessitando do uso de medicina de alto custo, conforme atesta laudo médico, não dispondo de condições financeiras para aquisição do medicamento Bosetan (Tracleer), 125 mg, mensalmente e de forma contínua por 12 (doze) meses. 2.É dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhes os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem. 3.A negativa de fornecimento de tratamento, que possa levar o paciente à morte, implica em desrespeito ao direito fundamental à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado. 4.Precedentes do STJ. 5.Não vulneração dos dispositivos constantes nos arts. 37, XXI, 109, I, 196, 197 e 198 da CF, e 4º e 7º da Lei nº 8.080/906. 6.Recurso de agravo unanimemente improvido. (Recurso de Agravo 169334-7/01; Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto; Órgão Julgador 8ª Câmara Cível; Data de Julgamento 31/7/2008);**



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

212  
✓

02

Ementa DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ESCLEROSE SISTÊMICA. MEDICAMENTO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA POR UNANIMIDADE. AGRAVO PREJUDICADO. Na ação mandamental, constata-se a comprovação por parte da Impetrante da necessidade do uso do medicamento BOSENTANA 62,5 mg e 125 mg, uma vez que tal diagnóstico foi proferido por médico especialista na área da patologia de que a Impetrante é acometida. Portanto, cabe ao Estado assegurar o direito à saúde nessa situação devendo promover políticas sócio-econômicas destinadas a possibilitar o acesso universal igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde (CF, art. 196), bem como preocupar-se com a prevenção de doenças e outros agravos, mediante a redução dos riscos (CF, art. 166 e art. 198, II). Agravo Regimental interposto pelo Estado de Pernambuco: prejudicado. Em virtude da manutenção do entendimento da liminar, esvaziou-se o objeto da interposição do Agravo Regimental n. 0165178-3/01, nada mais havendo a ser neste juízo apreciado, pois os fatos que o agravante visa obstar tornaram-se consumados. Houve, portanto, desaparecimento superveniente do interesse processual recursal. O Grupo, por unanimidade de votos, rejeitou as preliminares de ausência de citação dos litisconsortes passivos necessários, de incompetência da Justiça Estadual e de ausência de prova pré-constituída e, no mérito, unanimemente, concedeu a segurança, confirmando a liminar anteriormente concedida e, em consequência, julgou prejudicado o Agravo Regimental nº 165178-3/01. (Agravo Regimental 165178-3/01; Relator Antenor Cardoso Soares Junior; Órgão Julgador 1º Grupo de Câmaras Cíveis; Data de Julgamento 28/5/2008).

Verifica-se, também, que as demandas que têm por escopo a referida garantia constitucional à saúde, vêm obtendo uma maior atenção dos julgadores, inclusive, o Supremo Tribunal Federal vem corroborando o posicionamento. Confira-se no recente julgado publicado em 19/03/2013:

PACIENTE EM ESTADO DE COMA -AVC HEMORRÁGICO AGUDO. PESSOA DESTITUÍDA DE RECURSOS FINANCEIROS. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE PRESERVAR, POR RAZÕES DE CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL.FORNECIMENTO GRATUITO DE MEIOS INDISPENSÁVEIS AO TRATAMENTO E À PRESERVAÇÃO DA SAÚDE DE PESSOAS CARENTES. DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, "CAPUT", E 196). PRECEDENTES (STF). RE CONHECIDO E PROVIDO. O presente recurso extraordinário foi interposto contra acórdão que, proferido pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, está assim ementado: "APELAÇÃO CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO. DIREITO À SAÚDE. INTERNAÇÃO HOSPITALAR. PAGAMENTO DE DESPESAS A PARTIR



213

## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

DA INTIMAÇÃO DA LIMINAR. Cabe ao ente público arcar apenas com as despesas médico-hospitalares comprovadas a partir da intimação da liminar que determinou que providenciasse a transferência da paciente para hospital conveniado com o SUS, não podendo ser responsabilizado por período anterior ao próprio ingresso da ação. REEXAME NECESSÁRIO. Prejudicado o reexame da sentença, pois todos os pontos da condenação foram apreciados em decorrência da apelação. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. REEXAME NECESSÁRIO PREJUDICADO." A parte ora recorrente, no apelo extremo em questão, requereu seja o "(...) Município de Vacaria responsabilizado pela totalidade do tratamento dispensado à Paciente no hospital da Unimed de Caxias do Sul, durante todo o tempo de internamento". Entendo assistir razão à parte recorrente, pois o eventual desacolhimento de sua pretensão recursal certamente conduziria a resultado inaceitável sob a perspectiva constitucional do direito à vida e à saúde. É que essa postulação -considerada a irreversibilidade dos efeitos gerados pela patologia que afetou a ora recorrida (portadora de AVC hemorrágico agudo), possibilitaria, se aceita, que a paciente, pessoa destituída de qualquer capacidade financeira, merecesse o tratamento inadiável a que teria direito e que se revelou essencial à tentativa de preservação de sua própria vida. Na realidade, o cumprimento do dever político-constitucional consagrado no art. 196 da Lei Fundamental do Estado, consistente na obrigação de assegurar, a todos, a proteção à saúde, representa fator, que, associado a um imperativo de solidariedade social, impõe-se ao Poder Público, qualquer que seja a dimensão institucional em que atue no plano de nossa organização federativa. A impostergabilidade da efetivação desse dever constitucional autoriza o acolhimento do pleito recursal ora deduzido na presente causa. Tal como pude enfatizar, em decisão por mim proferida no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal, em contexto assemelhado ao da presente causa (Pet 1.246-MC/SC), entre proteger a inviolabilidade do direito à vida e à saúde, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado a todos pela própria Constituição da República (art. 5º, "caput", e art. 196), ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, entendo -uma vez configurado esse dilema -que razões de ordem ético-jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção: aquela que privilegia o respeito indeclinável à vida e à saúde humanas. Cumpre não perder de perspectiva que o direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República. Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular -e implementar -políticas sociais e econômicas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência médico-hospitalar. O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política -que





214

## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro (JOSÉ CRETELLA JÚNIOR, "Comentários à Constituição de 1988", vol. VIII/4332-4334, item n. 181, 1993, Forense Universitária) - não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. Nesse contexto, incide, sobre o Poder Público, a gravíssima obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover, em favor das pessoas e das comunidades, medidas -preventivas e de recuperação -, que, fundadas em políticas públicas idôneas, tenham por finalidade viabilizar e dar concreção ao que prescreve, em seu art. 196, a Constituição da República. O sentido de fundamentalidade do direito à saúde -que representa, no contexto da evolução histórica dos direitos básicos da pessoa humana, uma das expressões mais relevantes das liberdades reais ou concretas -impõe ao Poder Público um dever de prestação positiva que somente se terá por cumprido, pelas instâncias governamentais, quando estas adotarem providências destinadas a promover, em plenitude, a satisfação efetiva da determinação ordenada pelo texto constitucional. Ve-se, desse modo, que, mais do que a simples positivação dos direitos sociais -que traduz estágio necessário ao processo de sua afirmação constitucional e que atua como pressuposto indispensável à sua eficácia jurídica (JOSÉ AFONSO DA SILVA, "Poder Constituinte e Poder Popular", p. 199, itens ns. 20/21, 2000, Malheiros) -, recai, sobre o Estado, inafastável vínculo institucional consistente em conferir real efetividade a tais prerrogativas básicas, em ordem a permitir, às pessoas, nos casos de injustificável inadimplemento da obrigação estatal, que tenham elas acesso a um sistema organizado de garantias instrumentalmente vinculado à realização, por parte das entidades governamentais, da tarefa que lhes impôs a própria Constituição. Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito. Torna-se essencial que, para além da simples declaração constitucional desse direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito -como o direito à saúde -se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional. Cumpre assinalar, finalmente, que a essencialidade do direito à saúde fez com que o legislador constituinte qualificasse, como prestações de relevância pública, as ações e serviços de saúde (CF, art. 197), em ordem a legitimar a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário naquelas hipóteses em que os órgãos estatais, anormalmente, deixassem de respeitar o mandamento constitucional, frustrando-lhe, arbitrariamente, a eficácia jurídico-social, seja por intolerável omissão, seja por



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

215  
r

02

qualquer outra inaceitável modalidade de comportamento governamental desviante. Todas essas considerações -que ressaltam o caráter censurável da decisão emanada do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul -levam-me a acolher a pretensão recursal deduzida pela parte recorrente, especialmente se se considerar a relevantíssima circunstância de que o acórdão ora questionado diverge da orientação jurisprudencial firmada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, no exame da matéria (RTJ 171/326-327, Rel. Min. ILMAR GALVÃO -RE 195.192/RS, Rel. Min. MARÇO AURÉLIO -RE 198.263/RS, Rel. Min. SYDNEY SANCHES -RE 237.367/RS, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA -RE 242.859/RS, Rel. Min. ILMAR GALVÃO -RE 246.242/RS, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA -RE 279.519/RS, Rel. Min. NELSON JOBIM, v.g.): "PACIENTE COM HIV/AIDS -PESSOA DESTITUÍDA DE RECURSOS FINANCEIROS -DIREITO À VIDA E À SAÚDE -FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS -DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO (CF, ARTS. 5º, CAPUT, E 196)- PRECEDENTES (STF) -RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQÜÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular -e implementar -políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, inclusive àqueles portadores do vírus HIV, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde -além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas -representa conseqüência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política -que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro -não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MEDICAMENTOS A PESSOAS CARENTES. - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes, inclusive àqueles portadoras do vírus HIV/AIDS, dá efetividade a preceitos



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

02

216

fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, caput, e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF." (RTJ 175/1212-1213, Rel. Min. CELSO DE MELLO) Sendo assim, e considerando as razões expostas, conheço do presente recurso extraordinário, para dar-lhe provimento (CPC, art. 557, § 1º-A), em ordem a restabelecer a sentença proferida pela magistrada local de primeira instância (fls. 183/187). Publique-se. Brasília, 07 de março de 2013. Ministro CELSO DE MELLO Relator CF 5º Constituição Constituição 196 Carta Política Constituição 196 Constituição texto constitucional Constituição CF 197 CF 5º Constituição 196 Carta Política Constituição CPC 557 § 1º-A (722600 RS, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 07/03/2013, Data de Publicação: DJe-052 DIVULG 18/03/2013 PUBLIC 19/03/2013)

Por fim, insurge-se o apelante quanto à fixação de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), que, segundo ele, é desproporcional e irrazoável, não existindo fundamento legal para a sua fixação.

O artigo 461, §4º do CPC, nos casos de obrigações de fazer, permite a fixação de multa para compelir o devedor ao seu adimplemento.

Todavia, entendo que o valor arbitrado é razoável, porque o que está em discussão é o direito à saúde de pacientes que estão acometidos de Hipertensão Arterial Pulmonar Severa (CID I 27.0), sob pena de riscos graves as suas saúdes.

Tem-se, pois, que o intuito da multa é fazer com que o devedor cumpra a prestação pela qual foi obrigado. Se o fizer, nada será devido.

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de agravo, mantendo a decisão recorrida intacta.

É como voto.

Recife, 29 de maio de 2014.

  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator